

CASA DO POVO DE SANTO ANTÓNIO



RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016

ORGÃOS SOCIAIS DA CASA DO POVO DE SANTO ANTÓNIO

ASSEMBLEIA GERAL

| | |
|---------------------------------|------------|
| Manuel António Câmara Fernandes | Presidente |
| Daniel Aguiar Viveiros | 1º Vogal |
| João Duarte Soares Arruda | 2º Vogal |

DIREÇÃO

| | |
|-------------------------------------|------------|
| Maria do Carmo Aguiar Viveiros Reis | Presidente |
| Marco Aurélio Arruda Cabral | Tesoureiro |
| Paulo Manuel Melo Oliveira | Secretário |

CONSELHO FISCAL

| | |
|----------------------------|------------|
| José António Soares Arruda | Presidente |
| João Duarte Cabral Freitas | 1º Vogal |
| Manuel António Rebelo Reis | 2º Vogal |

Mensagem da Presidente da Casa do Povo

Caros sócios,

O exercício de 2016 foi mais um ano de intensa atividade da Casa do Povo de Santo António na procura constante das melhores soluções para os problemas que nos são colocados diariamente.

Mantivemos todas as valências em bom funcionamento incluindo a dinamização do projeto CASANIMADA para a nossa população mais idosa, que Infelizmente se mantém sem o devido enquadramento orçamental próprio definido. Este valor acrescentado que trazemos à população sénior de Santo António tem feito a diferença e continuaremos a bater-nos pela sua implementação e alargamento.

Estamos a preparar nova candidatura aos programas disponíveis para apetrechamento da nossa instituição, mas fomos forçados a adquirir, já em 2017, uma nova fotocopiadora considerando o desgaste do equipamento que possuíamos e a dificuldade e custo da respetiva manutenção.

Estamos conscientes da relevância que os nossos ATLS, em particular o de Santo António, têm para as comunidades que servem e tivemos oportunidade de apresentar os nossos projetos e intenções à Sra. Diretora Regional numa reunião no final de fevereiro deste ano. Continuamos a acalentar a esperança de termos boas notícias e que a situação do aumento do financiamento, por via do aumento da capacidade, seja concretizada já em 2017.

Com esse ajustamento em termos de apoios, contamos poder dar maior estabilidade ao nosso "quadro de pessoal flutuante".

Temos novos desafios pela frente no corrente ano e que passam também pela realização de obras de melhoramento nas instalações onde funciona o ATL da Ajuda. Os primeiros contatos oficiais já foram estabelecidos, mas o orçamento que nos foi apresentado posteriormente ultrapassa largamente os valores que estávamos a contar.

O trabalho não para de aumentar, mas temos conseguido dar as respostas que se esperam de uma instituição como a nossa, muito pela ação dos nossos colaboradores efetivos e dos muitos estagiários e trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais que servem a Casa do Povo de Santo António com verdadeiro espírito de serviço.

Bem hajam todos quantos nos ajudam a desempenhar a nossa missão.

Santo António, 22 de março de 2017

Maria do Carmo Aguiar Viveiros Reis

Análise da Situação Económica e Financeira

Em conformidade com o estabelecido nos Estatutos da Casa do Povo de Santo António, que doravante será designada por CPSA, a Direção apresenta o relatório e contas para apreciação do ano económico de 2016. Para o efeito, depois de obtido o parecer do Conselho Fiscal, apresentamos mapas de pormenor, facilitadores para a compreensão e análise. Apesar da informação legalmente exigível se encontrar disponível no anexo, que integra as demonstrações financeiras que são parte integrante do presente documento, apresentamos informação complementar, a qual permite melhor compreensão das contas que ora se apresentam à apreciação e resultam da atividade desenvolvida.

Rendimentos e réditos

Os rendimentos e réditos obtidos, no período em análise, perfizeram um total de 197.162 euros, distribuído pelas grandes rubricas:

| Rubricas | 2016 | 2015 | Var. Abs | Var. % |
|-------------------------------------|----------------|----------------|------------|--------------|
| 72 Prestações de serviços | 15.464 | 14.671 | 793 | 5,41% |
| 75 Subsídios à exploração | 175.751 | 174.859 | 892 | 0,51% |
| 78 Outros rendimentos e ganhos | 5.694 | 5.928 | -234 | -3,94% |
| 79 Juros, dividendos e outros rend. | 253 | 807 | -554 | -68,67% |
| TOTAL | 197.162 | 196.265 | 897 | 0,46% |

Uma breve análise permite verificar que a principal fonte de receita se mantém inalterada, ou seja, a Casa do Povo de Santo António subsiste com as suas valências em funcionamento em, função dos acordos de cooperação com o Instituto de Segurança Social dos Açores (ISSA), embora as participações dos utentes constituam já cerca de 8% do total da receita anual.

Os valores registados em “Outros rendimentos e ganhos” são relativos, na quase totalidade, à imputação da quota anual do valor do subsídio recebido do IFAP (candidatura através da ARDE) para a compra da nova viatura de 9 lugares.

Gastos e perdas

Os gastos e perdas ocorridos no período em análise perfizeram um total de 194.925 euros, distribuídos pelas seguintes grandes rubricas:

| Rubricas | 2016 | 2015 | Var. Abs | Var. % |
|-------------------------------------|----------------|----------------|---------------|---------------|
| 61 CMVMC | 2.825 | 2.540 | 285 | 11,24% |
| 62 Fornecimento e serviços externos | 20.407 | 20.208 | 199 | 0,99% |
| 63 Gastos com o pessoal | 165.086 | 172.355 | -7.269 | -4,22% |
| 64 Gastos de depreciação | 6.171 | 5.971 | 200 | 3,34% |
| 68 Outros gastos e perdas | 436 | 112 | 324 | 289,45% |
| TOTAL | 194.925 | 201.186 | -6.261 | -3,11% |

Em termos de contas, o resultado apurado, um lucro de 2.236,87 euros, resulta sobretudo do facto de termos conseguido minimizar alguns custos e aumentar o valor das participações dos utentes, nomeadamente, do ATL de Santo António. Naturalmente, que o facto de termos tido 2 colaboradoras em licença de maternidade também permitiu poupanças significativas até porque a sua substituição foi concretizada sobretudo com recurso a estagiários e trabalhadores de programas de fomento ao emprego com encargos reduzidos para a nossa instituição.

Infelizmente o atual modelo de funcionamento não discriminar positivamente instituições com colaboradores com antiguidade maior, financiando as instituições com base num referencial definido em função do serviço prestado/contratualizado.

É uma situação contra a qual já manifestamos a nossa discordância e temos vindo, a par e passo, a procurar sensibilizar os nossos governantes para a necessidade de haver alguma discriminação positiva para as instituições que têm um quadro de pessoal com maior antiguidade e ou formação.

Apesar desta situação mantivemos todos os pagamentos em dia, ao nosso pessoal, aos fornecedores, bem como ao estado.

Aliás, o pagamento dos custos com o nosso pessoal continua a representar cerca de 85% do total dos custos e cerca de 84% nossos proveitos, mas cremos ser uma verba bem gasta em função da qualidade dos profissionais que temos e do trabalho que desenvolvem.

De resto verificou-se um decréscimo nos gastos de funcionamento, sendo que o crescimento da rubrica de amortizações reflete o registo da primeira depreciação dos investimentos feitos no exercício anterior.

Investimentos

Em 2016 não realizamos nenhum investimento, tendo apenas recebido, como donativo, uma fotocopiadora de oferta por parte da empresa Beltrão Coelho.

Conclusão

Perante as considerações apresentadas confirma-se a gestão eficaz e equilibrada, com opções e apostas claras, sem por em risco, em qualquer momento, as metas e os desígnios propostos. Foi com o envolvimento de todos, que atingimos objetivos, ultrapassamos dificuldades e alcançamos os desafios a que nos propusemos. Nos termos de tudo que antecede, a Direção propõe à Assembleia Geral o seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório e contas do período de 2016.
2. Que seja efetuada a seguinte aplicação dos resultados:
 - 2.1. A importância de 2.236,87 euros para a conta de «Resultados Transitados»;
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores internos e externos da CPSA, sem os quais a gestão relatada não seria possível, bem como a todas as entidades que, de qualquer forma, se relacionaram com a nossa instituição, no exercício objeto de relato.

Balanço e Demonstração de Resultados

Balanço

(Montantes expressos em Euros)

Casa do Povo de Santo António

Balanço em 31 de dezembro de 2016

| Rubricas | Notas | 2016 | 2015 |
|---|-------|---------------|---------------|
| ATIVO | | | |
| ATIVO NÃO CORRENTE | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 4 | 13.320 | 18.491 |
| Total de ativo não corrente | | 13.320 | 18.491 |
| ATIVO CORRENTE | | | |
| Estado e outros entes públicos | 8.1 | 0 | 161 |
| Caixa e depósitos à ordem | 6.2 | 59.336 | 56.841 |
| Total de ativo corrente | | 59.336 | 57.002 |
| TOTAL DO ATIVO | | 72.656 | 75.493 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | | |
| FUNDOS PATRIMONIAIS | | | |
| Outras variações patrimoniais | 8.2 | 58.732 | 63.316 |
| Resultados transitados | 8.2 | 7.349 | 12.269 |
| Resultado líquido do período | 8.2 | 2.237 | -4.920 |
| TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL | | 68.318 | 70.665 |
| PASSIVO | | | |
| PASSIVO CORRENTE | | | |
| Fornecedores | 6.1 | 0 | 0 |
| Estado e outros entes públicos | 8.1 | 4.332 | 4.392 |
| Outras contas a pagar | 6.1 | 6 | 435 |
| Total do passivo corrente | | 4.338 | 4.828 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 4.338 | 4.828 |
| TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO | | 72.656 | 75.493 |

Demonstração de Resultados

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2016

(Montantes expressos em Euros)

| RENDIMENTOS E GASTOS | NOTAS | 2016 | 2015 |
|----------------------|-------|------|------|
|----------------------|-------|------|------|

Casa do Povo de Santo António

| | | | |
|--|-----|--------------|---------------|
| Vendas e serviços prestados | 5 | 15.464 | 14.671 |
| Subsídios à exploração | | 175.751 | 174.859 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | | -2.825 | -2.540 |
| Fornecimentos e serviços externos | 8.3 | -20.407 | -20.208 |
| Gastos com o pessoal | 7 | -165.086 | -172.355 |
| Outros rendimentos e ganhos | 5 | 5.694 | 5.928 |
| Outros gastos e perdas | | -436 | -112 |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 8.155 | 244 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 4 | -6.171 | -5.971 |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 1.984 | -5.727 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 5 | 253 | 807 |
| Resultado antes de impostos | | 2.237 | -4.920 |
| Imposto sobre o rendimento do exercício | | 0 | 0 |
| Resultado líquido do exercício | | 2.237 | -4.920 |

Demonstração Fundos Patrimoniais

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2016

| Reconciliação dos fundos patrimoniais | Fundos | Resultados transitados | Outras variações dos fundos patrimoniais | Resultado líquido do período | Total |
|---|----------|------------------------|--|------------------------------|---------------|
| Posição em 1 de janeiro de 2016 (ESNL) | 0 | 12.269 | 63.316 | -4.920 | 70.665 |
| Resultado líquido do período de 2015 | 0 | -4.920 | | 4.920 | 0 |
| Outras variações | 0 | 0 | -4.584 | 2.237 | -2.347 |
| Posição em 31 de dezembro de 2016 (ESNL) | 0 | 7.349 | 58.732 | 2.237 | 68.318 |

Anexo

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

- **Designação da entidade:** Casa do Povo de Santo António

1.2 – Sede: Rua Mãe de Deus, 7-B – Edifício Polivalente de Santo António 9545-437 Santo António PDL, Açores

1.3 – Natureza da actividade: A Casa do Povo de Santo António (CPSA) é uma associação sem fins lucrativos, equiparada a instituição particular de solidariedade social pelo Decreto Legislativo Regional nº 22/99/A, de base associativa, constituída por tempo indeterminado. É uma pessoa **coletiva de utilidade pública**, nos termos do nº 1 do artigo 1º do Decreto-Lei nº 4/82, de 11 de Janeiro, adaptado à Região pelo Decreto Regulamentar Regional nº 31/82/A, de 11 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 246/90, de 27 de Julho, adaptado à Região pelo Decreto Legislativo Regional nº 28/92/A, de 20 de Novembro, usufruindo, portanto, das regalias especiais previstas nos diplomas legais de utilidade pública, nomeadamente, das constantes no Decreto-Lei nº 460/77, de 7 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro. A Casa do Povo de Santo António é ainda equiparada a centro popular dos trabalhadores nos termos do disposto no artigo 29º do Decreto-Lei nº 4/82, de 11 de Janeiro.

1.4 – Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas do SNC.

1.5 – Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 – REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro;
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março - Modelos de demonstrações financeiras;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de março – Código de contas;
- Aviso n.º 6726 – B/2011 – 14 de março – NCRF-ESNL;
- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho – SNC

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derrogadas quaisquer disposições do SNS-ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2015 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do período de 2014.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da CPSA, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

| Ativo fixo tangível | Vida útil estimada |
|--------------------------------|--------------------|
| Edifícios e outras construções | 50 anos |
| Equipamentos de transporte | 4 anos |
| Equipamento administrativo | entre 2 e 8 anos |
| Outros ativos fixos tangíveis | entre 4 e 10 anos |

A vida útil e métodos de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados por naturezas. As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do período em que ocorrem. O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é pelo método do imposto a pagar.

Para as finalidades deste capítulo, o termo «imposto sobre o rendimento» inclui todos os impostos baseados em lucros tributáveis incluindo as tributações autónomas, que sejam devidas em qualquer jurisdição fiscal.

Reconhecimento e mensuração

Os impostos sobre o rendimento para períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se a quantia já paga com respeito a períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso deve ser reconhecido como um ativo.

Os passivos (ativos) por impostos sobre o rendimento dos períodos correntes e anteriores devem ser mensurados pela quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço.

As quantias de impostos sobre o rendimento relacionadas com as transações correntes ou outros acontecimentos geradores de imposto no período, devem ser contabilizadas como um gasto a afetar os resultados.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Dívidas de terceiros

As dívidas de «outros terceiros» encontram-se mensuradas ao custo. As dívidas de sócios ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento. De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da CPSA.

4 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.
- b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- c) A vida útil foi determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, desenvolvido de acordo com o seguinte quadro:

| Descrição | 2015 | Adições | Abates | Transferenc. | 2016 |
|----------------------------|---------|---------|--------|--------------|---------|
| Equipamento básico | 123.390 | | | | 123.390 |
| Equipamento transporte | 62.615 | | | | 62.615 |
| Equipamento administrativo | 5.700 | 1.000 | | | 6.700 |
| Outros ativos tangíveis | 190 | | | | 190 |
| Ativo bruto | 191.895 | 1.000 | 0 | 0 | 192.895 |
| Depreciações acumuladas | 173.405 | 6.171 | | | 179.575 |
| Ativo líquido | 18.491 | -5.171 | 0 | 0 | 13.320 |

5 – RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

| Rubricas | 2016 | 2015 | Variação |
|---------------------------------------|----------------|----------------|-------------|
| Prestação de serviços | | | |
| Espaço segurança social | 1.800 | 1.756 | 44 |
| Garagem MEO | 526 | 526 | 0 |
| Comparticipação utentes | 11.826 | 11.354 | 473 |
| Eventos e atividades | 1.117 | 961 | 156 |
| Quotas | 195 | 75 | 120 |
| Subtotal | 15.464 | 14.671 | 793 |
| Subsídios à exploração | | | |
| ISSA | 174.221 | 174.859 | -639 |
| INATEL | 1.530 | 0 | 1.530 |
| Subtotal | 175.751 | 174.859 | 891 |
| Outros rendimentos e ganhos | | | |
| Descontos obtidos | 110 | 23 | 87 |
| Excesso estimativa para impostos | 0 | 232 | -232 |
| Imputação subsídios para investimento | 5.584 | 5.584 | 0 |
| Outros | 0 | 89 | -89 |
| Subtotal | 5.694 | 5.928 | -234 |
| Juros | | | |
| Depósitos bancários | 253 | 807 | -554 |
| Subtotal | 253 | 807 | -554 |
| TOTAL | 197.162 | 196.266 | 896 |

6 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as do custo.

6.1 – Fornecedores, sócios, utentes, outras contas a receber e a pagar e pessoal

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de fornecedores, sócios, utentes, outras contas a receber e pagar e pessoal, apresentavam a seguinte decomposição:

| Descrição | 2016 | | | 2015 | | |
|-----------------------|--|----------------------------------|----------|--|----------------------------------|------------|
| | Ativos financeiros mensurados ao custo | Perdas por imparidade acumuladas | Total | Ativos financeiros mensurados ao custo | Perdas por imparidade acumuladas | Total |
| Passivos | | | | | | |
| Fornecedores | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outras contas a pagar | 6 | 0 | 6 | 435 | 0 | 435 |
| Total do passivo | 6 | 0 | 6 | 435 | 0 | 435 |
| Total líquido | 6 | 0 | 6 | 435 | 0 | 435 |

6.2 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentava a seguinte decomposição:

| Descrição | 2016 | 2015 |
|-----------------------------|---------------|---------------|
| Caixa e depósitos bancários | | |
| Caixa | 0 | 0 |
| Depósitos à ordem | 22.341 | 20.048 |
| Depósitos a prazo | 36.995 | 36.793 |
| Total | 59.336 | 56.841 |

7 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

| Gastos com o pessoal | 2016 | 2015 |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| Remunerações do pessoal | 133.393 | 137.742 |
| Encargos sobre remunerações | 30.784 | 32.266 |
| Outros gastos | 909 | 2.347 |
| Total | 165.086 | 172.355 |

A rubrica «Outros gastos» inclui gastos com a medicina no trabalho e seguro de acidentes de trabalho.

8 – OUTRAS INFORMAÇÕES

8.1 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

| Descrição | 2016 | 2015 |
|---------------------------------------|--------------|--------------|
| Estado e outros entes públicos | | |
| Ativos | | |
| Imposto sobre rendimento a receber | 51 | 161 |
| Total do ativo | 51 | 161 |
| Passivos | | |
| Retenção impostos sobre rendimento | 818 | 936 |
| Contribuições para segurança social | 3.565 | 3.457 |
| Total do passivo | 4.383 | 4.392 |
| Total líquido | 4.332 | 4.231 |

8.2 - Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

| Fundos patrimoniais | 2016 | 2015 |
|--|---------------|---------------|
| Fundos | | |
| Resultados transitados | 7.349 | 12.269 |
| Outras variações nos fundos patrimoniais | 58.732 | 63.316 |
| Resultado líquido do período | 2.237 | -4.920 |
| Total | 68.318 | 70.665 |

8.3 - Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica dos «Fornecimentos e serviços externos» apresentava a seguinte decomposição:

| Fornecimentos e serviços externos | 2016 | 2015 |
|------------------------------------|---------------|---------------|
| Serviços especializados | 7.792 | 8.858 |
| Materiais | 4.798 | 4.679 |
| Energia e fluídos | 3.612 | 3.395 |
| Deslocações, estadas e transportes | 142 | 95 |
| Serviços diversos | 4.064 | 3.182 |
| Total | 20.407 | 20.208 |

9 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período. As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 22 de março de 2017.

Casa do Povo de Santo António

CC Nº 40014

A Direção

Presidente

Secretário

Tesoureiro

Marco Cabral

Maria Carmo
Viveiros Reis

Paulo Manuel
Melo Oliveira

Marco Aurélio
Arruda Cabral